



## **AS FRONTEIRAS DO TRABALHO LIVRE E ESCRAVO EM FORTALEZA NO FINAL DO SÉCULO XIX<sup>1</sup>**

**JULIANA MAGALHÃES LINHARES<sup>2</sup>**  
jullinhares@yahoo.com.br

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é compreender o processo de organização do trabalho livre em Fortaleza no final do século XIX, entre 1871 e 1888, na capital do Ceará, observamos uma série de mudanças econômicas e sociais que influenciaram no cotidiano de seus habitantes mais humildes. É notória a articulação entre o fim da escravidão e a constituição de novas práticas nas relações de trabalho que visavam manter a subordinação dos trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVES:** Trabalho livre, escravos, criados, serviço doméstico.

**RÉSUMÉ:** L'objectif de cette recherche c'est comprendre le processus d'organisation du travail libre à la ville de Fortaleza à la fin du XIXe siècle, surtout en ce qui concerne le service domestique. On a se rendre compte qu'entre les ans 1871 et 1888 on a eu lieu une sorte de transformations économiques et sociales dans la ville de Fortaleza qui ont influencées le quotidien des habitants les plus humbles de la ville. C'est notable la relation entre la fin de l'esclavage et la survenance des nouvelles pratiques dans les relations de travail afin de maintenir la subordination des travailleurs.

**MOTS-CLÉS:** Travail libre, esclaves, serviteurs, service domestique

A ideia de pensar as relações de trabalho livre e escravo partiu da necessidade de compreender as mudanças e, principalmente, as permanências nas relações entre trabalhadores e seus patrões em Fortaleza entre 1871 e 1888. Trata-se de um processo maior de organização de um mercado de trabalho em Fortaleza, passando ainda pela abolição da escravidão adiantada do restante do país. Acredita-se que este processo não se deu de forma homogênea, muito menos linear, pois, como afirma Henrique Espada,

[...] sua realidade empírica traduziu-se em configurações que variaram desde a situação ideal-típica do trabalhador independente assalariado até uma miríade de arranjos de trabalho que recombavam graus diversos de “liberdade” e compensação financeira pelo trabalho, com elementos de coerção (física e pecuniária), tutela, trabalho compulsório e contratado, e ainda formas de escravidão por dívida.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Resultado de pesquisa de Dissertação defendida no PPGH da UFC intitulada “Entre a casa e a rua : trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888)”, 2011. 182 f.

<sup>2</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará, professora do curso de História do Centro Universitário UNINTA.

<sup>3</sup> LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. Topoi, v. 6, n. 11, p. 289-325. Rio de Janeiro, 2005.



Considera-se as variadas formas de relações de trabalho existentes no período como o que o autor chama de “*Arranjos de trabalho*”, que, na sua definição, retrata a realidade vivida por muito trabalhadores naquele momento. O ponto de partida dessa análise passa por questões referentes ao trabalho escravo, pois a organização do trabalho livre passou a ser pensada e repensada por autoridades políticas a partir da pressão para o fim do sistema escravista. Deve-se compreender como se davam essas relações em Fortaleza. É necessário ressaltar que a análise feita aqui não terá como base única o número de cativos na capital. Partindo do pressuposto de que as relações de trabalho, de forma geral, principalmente braçal, estavam permeadas pela lógica do sistema escravista, independente de quantidades.

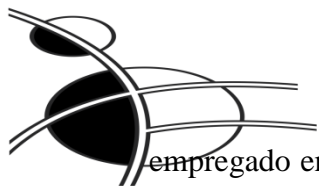
Para isso, deixa-se claro que não se deve confundir escravidão e liberdade com trabalho escravo e trabalho livre respectivamente. Para esclarecer esse ponto importante, pode-se dizer que os primeiros remetem à condição jurídico-social, diferindo livres e cativos dentro da sociedade. A importância de tal fato está no sentido dado ao período compreendido pela segunda metade do século XIX, visto durante muito tempo, pela historiografia, como uma “transição” do trabalho escravo para o livre. O problema de tal concepção é a linearidade imposta ao processo em questão, como também a destituição dos cativos de ações, enquanto sujeitos históricos. Para Sidney Chalhoub, ao utilizarmos essa ideia, *é como se houvesse* “um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais”.<sup>4</sup>

A divisão entre trabalho escravo e livre, pensados de forma separada e independente um do outro, foi consequência, em parte, de estudos que priorizavam um ou outro. Consideramos que as relações de trabalho estabelecidas sob a vigência do sistema escravista estava sempre permeada por laços escravistas. Acredita-se que estas relações devam ser analisadas conjuntamente, pois, no dia-a-dia dos trabalhadores, elas estavam imbricadas.

Atualmente, a historiografia analisa estes aspectos até então discutidos apenas na História Social da Escravidão em conjunto com a História Social do Trabalho no Brasil. Admitiu-se que o processo de extinção do cativo, discutido pelas autoridades, articulado à organização do trabalho livre, alcançava níveis diferentes do que seria chamado de trabalho livre. As relações de trabalho baseadas na dependência mútua e no paternalismo, com o fim do cativo, deveriam ser reguladas por contratos de trabalho. Dessa forma, transformariam a obrigação e proteção do empregador para com o

---

<sup>4</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade.*, 1990, p. 19.



empregado em pagamentos, obrigando-o a trabalhar pelo seu sustento. No entanto cabe perguntar até que ponto isso foi possível na capital cearense? Numa cidade pequena, onde grande parte da sua população trabalhava em ocupações provisórias, como aconteceram estas mudanças nas relações de trabalho?

Os sujeitos de nossa história são aqueles que independente de condição social estavam subordinados a condições precárias de trabalho e de vida na cidade. Dentre eles, estão escravos, pobres livres, agregados, criados, como alguns dos tipos sociais concretos aqui analisados. Para analisar essa conjuntura, faz-se um diálogo com Hebe Mattos. Acredita-se que estas categorias sociais não são apenas como setores marginalizados na sociedade mas, sobretudo, *desclassificados*, pois “a noção de desclassificado remete à classificação que se evidencia, no período analisado, na própria distinção entre cidadãos ativos existente na constituição política do Estado Imperial”.<sup>5</sup> Para Mattos, ao utilizar o conceito de desclassificado, estamos inserindo estes tipos sociais na conjuntura de classificação e organização social em que viviam naquele período.

É necessário atentar para o fato de que estamos tratando de relações de trabalho entre pessoas pobres livres e escravos, que viviam em condições precárias de sobrevivência e trabalho. Trata-se, pois, de trabalhadores braçais, que executavam serviços ligados ao espaço da casa ou da rua, mas que, de qualquer forma, ocupavam posições sociais inferiores numa hierarquia de trabalho. Para perceber o que aparentemente mudou nas relações de trabalho em Fortaleza no final do século XIX, precisa-se, inicialmente, compreender como elas se davam anteriormente. No Brasil, até a segunda metade do século XIX, o trabalhador braçal era confundido facilmente com um cativo, de tal forma que aqueles que eram socialmente livres evitavam tanto quanto podiam exercer tais atividades braçais.

Com a sociedade dividida em livres e cativos, quase sempre a população pobre livre procurava ocupações que não remetesse ao trabalho braçal; buscavam ainda estabelecer relações com pessoas de mais posses e que lhes proporcionariam não só o sustento mas, até certo ponto, proteção. Este tipo de relação conhecida tornou-se cada vez mais comum, onde o mais fraco era caracterizado como uma pessoa sem posses vivia sob o julgo de alguém mais forte, ou seja, com poderes políticos e/ou possuidor de terras e escravos, constituindo uma relação paternalista.

<sup>5</sup> MATTOS, Hebe. *Ao sul da história*: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. Rio de Janeiro: FVG, Faperf, 2009, p. 62.



Esta era uma característica que não era privilégio das grandes *plantations*, como também dos centros urbanos onde entrava grande quantidade de trabalhadores cativos. Em Fortaleza, a mão-de-obra, como em toda a Província, era composta, na sua maioria, por pessoas livres, não obstante a incorporação do cativo nos vários âmbitos do trabalho. Para Eurípedes Funes, essa redução numérica não foi suficiente para minimizar

(...) o sentido e o significado da presença escrava na sociedade cearense e muito menos deve ser entendido como fator determinante de um modelo específico de escravidão marcada pela cordialidade e fraternidade dos senhores em relação aos seus cativos.<sup>6</sup>

O que chama a atenção é que, no final do século XIX, alguns fatores contribuíram para dificultar os limites entre escravidão e liberdade. Um dos principais fatores foi seu caráter paternalista, que teve por definição certa dominação pessoal. Ou seja, mais do que a cordialidade entre senhores e escravos, a relação paternalista acentuava a relação de dependência e ainda estimulava a permanência destas relações mesmo depois do fim do cativeiro. Entre os trabalhadores, cativos ou não, a circularidade na cidade permitia um contato constante, possibilitando a existência de redes não só de solidariedade, mas de trabalho entre livres e cativos, considerando a proximidade das condições de trabalho. Mas havia casos de conflito, como o retratado pelo romancista farmacêutico Rodolfo Teófilo.<sup>7</sup> As suas memórias se passam em Fortaleza no final do século XIX. Teófilo, ainda jovem, era caixeiro-vassoura e trabalhava no comércio de um parente para sustentar a família desvalida. Teófilo trabalhava ao lado de um cativo, o moleque João, e nos conta que:

Quantas vezes depois de ferrar no sono era despertado por alguém que me batia a porta aos murros; era o patrão político que voltando do palácio do governo, acordava-me para sellar a sua burra preta, que o conduziria a um dos subúrbios de Fortaleza, onde veraneava com a família. Estremunhado, metia os pés da rede e sahia ao quintal a sellar a alimária.

O animal, como para contrariar-me, logo que entrava no meu quarto em procura da rua havia de exercer uma de suas funções physiologicas. Quando o excremento era sólido ainda bem, mas quando liquido era um desastre.

Sahido o patrão la ia eu lavar o quarto e suportar o resto da noite a fedentina da urina da burra. Podia estar livre desses incommodos se fosse chamado para esse serviço, como era de direito o moleque João, escravo, que dormia

<sup>6</sup> FUNES, Eurípedes. *Negros no Ceará*, 2000, p. 108.

<sup>7</sup> Rodolfo Teófilo foi importante figura na história do Ceará. Começou trabalhando como caixeiro-vassoura na casa de um parente e tornou-se médico após alguns anos.



## REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

em um portão visinho ao meu quarto; mas este àquella hora estaria na farra nos subúrbios da cidade.

O captivo, estando podia sahir e refriar-se, ter uma pneumonia e morrer.

Era um prejuizo de dois a três contos de réis, tanto valia um homem nos cafezaes do sul. Eu morrendo, os patrões nada perdiam, viria outro creado substituir-me. Que importava a elles que minha família, composta só de mulheres, perdesse o seu único amparo!<sup>8</sup>

O tom indignado da fala do autor ao relatar memórias permite que conheçamos um pouco das relações entre trabalhadores livres, escravos e seus patrões e/ou senhores. Observamos que Teófilo, enquanto trabalhador livre, “*creado de servir*”, tinha menos valor para seu patrão do que o moleque João que poderia representar prejuízo caso viesse a falecer. É possível perceber ainda na fala de Teófilo a delicada teia de relação de trabalho existente entre patrão/senhor e empregado/escravo. O caixeiro, apesar de sua condição de livre, obriga-se a fazer um serviço que, por dever, seria do “*escravinho*”. O patrão, por sua vez, demonstra sua conivência com os passeios do cativo e, para serviços que deveriam ser feitos por ele, chama o caixeiro.

Por outro lado, temos o escravo João que, durante a noite farreia nos subúrbios da cidade, aparentemente com a conivência do senhor. O interessante neste caso é o reconhecimento que cada um tem do seu lugar, mas acabam transitando na imbricada rede de relações de trabalho. A começar pelo caixeiro, que sabe suas funções, mas acabava cumprindo outras por depender do serviço para sustentar a família e saber da posição vulnerável que ocupa, sendo passível de substituição.

A relação do moleque João com seu senhor era baseada na negociação onde cada um sabe o valor que representa para o outro, logo que não era interessante para o senhor que seu cativo adoecesse ou até mesmo fugisse, pois como afirma Teófilo seria um prejuízo de dois a três contos de reis. Por fim, o patrão mantém uma relação paternalista e de exploração que nivela e confunde as relações de trabalho entre escravos e livres, dificultando a distinção entre um e outro. Ainda no caso dos dois últimos, a possibilidade dessas práticas é condicionada pelas relações estabelecidas entre senhores e escravos, pois, como ressalta Silvia Lara, as relações escravistas “são fruto das ações de senhores e de escravos, enquanto sujeitos históricos, tecidas nas experiências destes homens e mulheres diversos” sem esquecer que estes estão “imersos em uma vasta rede de relações pessoais de dominação e exploração”.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> TEÓFILO, Rodolfo. **O Caixeiro**: reminiscências. Edição fac-similar. Apresentação de Adelaide Gonçalves & Eurípedes Funes. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002. Coleção Outras Histórias.

<sup>9</sup> LARA, Silvia H. “Blowin’ in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”, 1995.



Separados apenas pela condição social, estes trabalhadores compartilhavam espaços de convivência, condições de vida além da similaridade nas relações de trabalho. Até a década de 1870, eram comuns em várias cidades do Brasil, inclusive em Fortaleza, anúncios de fugas de cativos. Estes anúncios continham informações básicas sobre as características físicas do então fugitivo. Até pouco tempo atrás, a historiografia considerava a fuga como uma das formas mais comuns ligadas ao trabalho escravo. Contudo, no período estudado, encontramos alguns anúncios onde se configurava uma fuga como qualquer tipo de abandono do emprego sem aviso prévio. O que nos chama a atenção são as semelhanças entre os anúncios de escravos e empregados fugitivos. No dia 28 de agosto de 1872 o jornal *Cearense* publica um anúncio de fuga dentre tantos outros. Neste dizia-se que:

Fugio do abaixo assignado em dias do mez de fevereiro do anno passado, do Ceará para Pernambuco, um escravo de nome Raymundo, natural de lugar Bandeira, de idade de 20 annos pouco mais ou menos, para que seja mais fácil sua descoberta damos os signaes seguintes:

Mulato, cabellos anelados, principiando a barbar, cara, boca, nariz e olhos regulares, as mãos grossas e dedos mal feitos, pés, altura e corpo regulares. Sabe ler e escrever soffrivel; canta e toca violão, muito amigo de pandega, gosta de tomar seus gactos, tem maneiras afeminadas, conta muitas façanhas suas praticadas no Recife, em physionomia de maluco, entende de gymnastica e de escamotagem.

Quem o pegar ou delle der noticias no Recife ao capitão José Curisco e na Pacatuba a seu senhor, será gratificado com a quantia acima.

Francisco Alves Relampo<sup>10</sup>

Observem inicialmente que a nota foi publicada em 1872, mas Raymundo estava fugido há um ano. No caso acima citado, o escravo é de outra província, na verdade, um dos principais centros escravistas do país. Pernambuco e sua capital, Recife, concentravam um dos maiores números de escravos do país. Notamos ainda que o escravo Raymundo possuía muitas habilidades, dentre elas ler e escrever, o que provavelmente facilitaria uma busca por trabalho em locais distantes da residência de seu senhor.

O escravo qualificado certamente representava maiores ganhos para seu senhor, no caso de venda; o escravo com ofício valia mais que um sem profissão. Já para o cativo, isso poderia representar mais autonomia e um aumento na sua rede de sociabilidade, devido ao maior trânsito na cidade. No entanto, o anúncio era tão minucioso em descrever as características do escravo que dificultaria o esconderijo de

<sup>10</sup> BPGMP. Setor de Microfilmes. Fortaleza. Jornal Cearense, 28 de agosto de 1872.



Raymundo em algumas cidades, como Fortaleza. O que nos interessa é a forma utilizada para encontrar o escravo fugido.

Observamos que as relações de dependência que permeavam a sociedade transparecem nos anúncios de fugas permanecendo em alguns jornais de Fortaleza. As fugas, que até então eram publicadas apenas para encontrar escravos fugidos, passaram a buscar também pessoas livres, por motivos diversos. O que chama a atenção nestes anúncios é o formato que permaneceu o mesmo. Este foi o caso do anúncio publicado no jornal *Cearense*, em 1879, sobre a evasão de Honorato Luiz da Silva da casa de Francisco Catolé, no dia seis de abril. Segundo a nota Honorato estava alugado na casa de Francisco há oito meses; não se sabe de que tipo de serviço estava encarregado, mas nota-se que tinha acesso à casa pelos objetos pessoais levados. A nota é a seguinte:

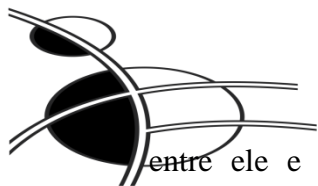
Evadiu-se no dia 6 do corrente, da casa do abaixo assignado, um rapaz de nome Honorato Luiz da Silva, conduzindo dous pares de calças, uma rede, um cobertor e mais outra calça de panno fino; estava alugado há oito mezes, ficando devendo 22\$000 rs (...) tinha que descontar, de 6 de março a 6 de abril, 5\$000rs. Aproveitando-se de estar o dono da casa doente, fez o furto e retirou, sendo encontrado na estrada que vai desta capital para a Pacatuba; roga-se as autoridades e a qualquer pessoa que o encontrar, tomar-lhe os ditos objectos e trazel-o a esta capital que seria recompensado. Fortaleza, 23 de abril de 1879.

Francisco F. C. Catolé<sup>11</sup>

Observamos que Honorato Luiz havia sido alugado para determinado serviço e evadiu-se antes de o tempo determinado acabar, motivo pelo qual a nota foi publicada. O interessante é que entendemos que se trata de um homem livre, já que não há menção a sua condição social e nem a de um possível dono. Mesmo assim, Francisco Catolé publicou a nota semelhante a uma nota de fuga de escravo, com detalhes sobre o que é levado e notícias de seu paradeiro. O pedido para que as autoridades tomassem uma providência ia um pouco além, oferecendo uma recompensa para qualquer um que o encontrasse trazê-lo de volta.

A prática do aluguel de mão-de-obra era uma das formas mais comuns para se conseguir trabalho, uma vez que não havia uma regulamentação que tratasse diretamente dos mais variados tipos de serviços nas cidades. O acerto se dava entre contratado e contratante, onde este último alugava seus serviços a outro, acertando verbalmente pagamentos e tempo de serviço. Notamos, no caso de Honorato Luiz da Silva, que o motivo da publicação do anúncio foi o descumprimento do acordo feito

<sup>11</sup> BPGMP. Setor de microfilmes. Fortaleza. Jornal *Cearense*, 25 de abril de 1879.



entre ele e Francisco Catolé. Sobre o aluguel de mão-de-obra escrava, Marilene Nogueira da Silva nos conta que:

O sistema de aluguel não era específico da cidade. Já o encontramos nos primórdios da escravidão colonial. Era comum o emprego do aluguel de escravos nas pequenas propriedades no período das colheitas, quando havia necessidades de mão de obra acima das possibilidades de compra dos proprietários”.<sup>12</sup>

O sistema de aluguel talvez não fosse específico na cidade, mas, no final do século XIX, em Fortaleza, tornou-se recorrente por facilitar os acordos entre o trabalhador livre ou escravo e a parte interessada. Honorato não foi o único a figurar no noticiário; um ingênuo de apenas 9 anos foi dado como desaparecido. Sotero estava sob a guarda do Padre Luiz Vieira Perdigão. No dia seis de maio de 1881, ele informa o “desaparecimento” do ingênuo “Sotero de 9 annos, pardo, cabellos preto... e roga às autoridades policiaes que tomem conhecimento do facto, fazendo o que lhes cumpre para restituir o mesmo menor a quem de direito pertença”.<sup>13</sup> Inconformado com o desaparecimento, o Padre publica a mesma notícia no jornal *Pedro II*:

DESAPPARECIMENTO

Desappareceu da casa do abaixo assignado no dia 26 do p.p. o ingênuo Sotero, de 9 annos, pardo, cabellos pretos e corredios, olhos vivos e pretos, com uma cicatriz no lábio superior.

Fortaleza, 18 de maio de 1881

Padre Luiz Vieira Perdigão.<sup>14</sup>

No caso do desaparecimento do ingênuo, há muitas semelhanças com um anúncio de fuga de escravo. Não só por sua condição social, mas também pela exigência do Padre de que seja devolvido a “*quem de direito pertença*”. O anúncio de Sotero apresentava algumas características de castigo físico, como uma cicatriz no lábio superior. O contexto em que os anúncios são publicados também merece atenção. O ano de 1879 marca o fim de um período de estiagem que castigou toda a Província. Logo após o fim da seca, Fortaleza era outra, diferente daquela antes de 1877. O número de habitantes havia aumentado e diminuído em uma velocidade nunca vista; as mortes causadas por doenças e fome foram tamanhas que muitos pais deixaram filhos órfãos na cidade. Como vimos, as fugas ou desaparecimentos não se restringiam mais aos cativos.

<sup>12</sup> SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. Negro na rua: a nova face da escravidão, 1988, p. 90.

<sup>13</sup> BPGMP. Setor de microfilmes. Fortaleza. Jornal Cearense, 10 de maio de 1881.

<sup>14</sup> BPGMP. Setor de microfilmes. Fortaleza Jornal Pedro II, 19 de maio de 1881.





Honorato e Sotero não foram os únicos a serem noticiados. Ainda em 1881, o jornal *Pedro II* publica a seguinte nota:

Fugiu no dia 24 do corrente, essa menina de 6 para 7 annos, cabocla coriboca, cabelo a escovinha; tem nas orelhas argolas de ouro, e levou vestida camiza de madapolão: quem a pegar e entregar na Rua do General Sampaio nº 93, será recompensado.<sup>15</sup>

Inicialmente, nos chama a atenção a descrição da menina como sendo *cabocla coriboca*, diferindo da maioria dos anúncios onde as cores que prevalecem é preto e pardo. Neste caso, o autor da nota afirma que Vicencia fugiu, o que nos leva a pensar o que faria uma menina de 6 para 7 anos a fugir. Passados alguns dias e ainda não satisfeito com a fuga da menina, o autor da nota a publica novamente com um complemento, ameaçando que “Proceder-se-há judicialmente contra quem tiver acoitado essa menina, pois Ella é orphã”.<sup>16</sup>

Na análise dos anúncios dos jornais, chama a atenção a mudança da utilização de alguns termos nas publicações. Tanto no caso do Honorato quanto no caso do pequeno Sotero, é perceptível a utilização de termos como evasão e desaparecimento, contrapondo à fuga tão comum nos anúncios de escravos. Mas, apesar de termos a mudança no título ou no início da publicação, a ideia central continuava a mesma, pois alguém havia sumido e pedia-se ajuda através do principal veículo de comunicação do período, o jornal, para encontrá-lo. Rogando não só às autoridades policiais mas a toda a sociedade que, por acaso, o encontrassem, fazendo com que todos na cidade fossem suspeitos e, ao mesmo tempo, vigilantes, disseminando um clima de suspeição generalizada.

Outro ponto importante é que os dois anúncios tratam de fugas de pessoas que trabalhavam para alguém independente de cor ou condição social. Então, temos fuga de trabalhadores. Podemos considerar ainda, no anúncio do senhor Francisco Catolé, que tipo de relação de trabalho ele havia estabelecido com seu empregado Honorato Luiz da Silva. Fica bem claro que o motivo do anúncio é que seu empregado estava “alugado a oito mezes”, ficando-lhe devendo algum dinheiro, provavelmente, fruto de algum adiantamento; ao evadir-se, levou ainda consigo pertences de seu patrão.

No nosso caso, contudo, tem-se uma conjuntura onde a figura central é o trabalhador urbano, com ofícios e prestação de serviços próprios da cidade. Acredita-se

<sup>15</sup> BPGMP. Setor de microfilmes. Fortaleza. Jornal Pedro II. 29 de maior de 1881.

<sup>16</sup> BPGMP. Setor de microfilmes. Fortaleza. Jornal Pedro II. 02 de junho de 1881.



que, nesse contexto, pode-se considerar que o que caracterizava as relações de trabalho na segunda metade do século XIX era a relação de dependência que havia entre senhores/escravos e patrões/empregados, fosse ela compulsória ou, de certa forma, remunerada.

Consideramos que, no final do século XIX, “Os homens livres não proprietários gravitavam na órbita dos “senhores”, estabelecendo com estes relações de “dependência” fundadas no privilégio e no favor, promovendo, assim, a marca diferenciadora do escravo”.<sup>17</sup> Havia pessoas que, assim como Rodolfo Teófilo e Honorato, estavam numa situação ambígua entre homens livres e escravos. Observamos, em Fortaleza, neste período, muitos outros na mesma situação: eram agregados e fâmulos. Tomamos a definição de agregado da autora Hebe Mattos. Para ela, a relação entre agregados e senhores caracterizava-se por uma dominação pessoal, ao mesmo tempo que havia uma mobilidade espacial.<sup>18</sup>

Para entendermos o que era um fâmulos, em Fortaleza, no final do século XIX, analisaremos um trecho do Romance *A fome*, de Rodolfo Teófilo. A história se passa em Fortaleza no período de seca, quando o Coronel Freitas manda Inácio da Paixão, seu primo, um homem da sua confiança, para negociar seus escravos na capital. Depois de vendidos os cativos, com o dinheiro da venda sob seus cuidados, Inácio da Paixão cede aos impulsos do vício do jogo, perdendo todo o dinheiro do Coronel. A saída encontrada para recuperar o dinheiro é jogar novamente e ganhar, mas não havia sobrado nenhum vintém. Inácio, então, decidiu negociar a liberdade de seu acompanhante, Manuel, um fâmulos que o havia acompanhado à capital. Seguindo a descrição de Manuel da Paciência:

(...)

Foi ter com o fâmulos que o havia acompanhado a Fortaleza. É um homem bom o Manuel da Paciência. Tem estatura regular, cor parda, organização forte, sadia, e menos de trinta anos de idade. É só no mundo e nunca pensou em casar-se. Não conheceu os pais e julga não ter parentes no mundo. O dia de hoje è-lhe indiferente como o de amanhã. Nunca tivera a mais humilde aspiração em toda a vida e nisso consiste a sua felicidade. Sempre alegre, sempre satisfeito, pouco lhe importa a pequenez do pão e a pobreza do vestuário. Havia muitos anos que era fâmulos de Inácio da Paixão, que lhe dava alimentação, roupa, e recebia o serviço dum bom escravo. Paciência teria sido um grande filosofo se fosse outra a sua educação. Afeiçoara-se a Inácio e lhe era tão fiel como o mais fiel dos cães.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> SALLES, Iraci Galvão. Trabalho, progresso e a sociedade civilizada. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 133.

<sup>18</sup> MATTOS, Hebe. Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo, 2009, p. 60.

<sup>19</sup> TEÓFILO, Rodolfo. A fome. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 145.



A descrição do fâmulos no romance nos dá uma ideia deste tipo de relação que havia no final do século XIX. Segundo Teófilo, Manuel da Paciência, apesar de livre, não tinha laços familiares e nem intenção de fazê-los. A relação de fidelidade e obediência, como descreve o autor, fazia com que Inácio da Paixão tivesse a seu serviço um bom escravo; em troca, dava-lhe alimentação e roupa. A obediência depositada em seu amo fez com que este o enganasse e o vendesse como escravo. Depois de efetivada a transação da venda de Paciência e resolvidos os problemas da ausência de matrícula de escravo, que não existia, Rodolfo Teófilo comenta que “Inácio da Paixão passou o resto da tarde ansioso que chegasse a noite para ir jogar. Nem se lembrava do crime contra a liberdade de Paciência!”<sup>20</sup>

Rodolfo Teófilo, mais uma vez, ajuda-nos a pensar sobre as relações sociais e de trabalho estabelecidas neste período. Percebemos que estas relações baseavam-se, sobretudo, na dominação pessoal. Em troca de proteção, alimentação e roupa, muitos estiveram nas condições de Paciência, como agregados ou fâmulos, além dos escravos. Com o processo gradual de extinção da escravidão, muitos destes trabalhadores pobres, livres e escravos, passaram a compartilhar cotidianamente a rotina de trabalho e as condições de vida.

Essas semelhanças foram-se acentuando, sendo importante considerar algumas mudanças no mundo do trabalho, no decorrer do século XIX, aliadas a fatores como a industrialização incipiente, melhorias das técnicas de trabalho e investimentos estrangeiros. No Brasil, a escravidão, enquanto instituição social vigente, perde sua legitimidade logo que a ideia de progresso é relacionada ao trabalho livre. Para Walquiria Rego, “a escravidão que se havia constituído em instituição essencial (...) é progressivamente percebida pelos intelectuais conservadores e políticos liberais como uma instituição essencialmente inibidora do progresso”.<sup>21</sup>

A valorização do trabalho apresentou-se como condição de coerção para a população mais humilde. De acordo com Sidney Chalhoub,

Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se então com conceitos vizinhos como os de ordem e progresso para impulsionar o país no sentido do novo, da civilização, isto é no sentido da constituição de uma ordem burguesa.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *Op. cit.*, 2002, p. 149.

<sup>21</sup> REGO, Walquiria. D. L. Liberalismo e escravidão: um dilema? 1. Versão. Campinas, SP: IFCH-UNICAMP, 1992, v. 43, p. 1-30.

<sup>22</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 48.



Observamos que, paralelo ao processo de extinção gradual do elemento servil, houve preocupação das autoridades e elites políticas de valorização do trabalho e, principalmente, da manutenção das relações de submissão do trabalhador e mais discipliná-lo ao trabalho. Francisco Pinheiro aponta, no seu trabalho, que havia “a necessidade de leis para regularizar o sistema de trabalho, em função da ‘inconstância’ dos trabalhadores” como uma das dificuldades encontradas para organizar e discipliná-los no Ceará. A preocupação em organizar e disciplinar os trabalhadores ocorria concomitante às discussões sobre a abolição e o aumento do número de cartas de alforrias e vendas de escravos. Em se tratando de trabalho escravo na capital, acreditamos na necessidade de conhecermos um pouco mais para compreendermos a conjuntura de Fortaleza naquele momento.

O historiador brasileiro John French, ao analisar as falsas dicotomias entre liberdade e escravidão, argumenta que há uma relação profunda de continuidades entre escravos e não-escravos antes da abolição, bem como havia entre escravidão e pós-escravidão. O autor afirma que, para resolvermos estas falsas dicotomias, é necessário compreendermos algumas questões mais amplas que envolvem escravidão e capitalismo e, mais do que isso, o contraste entre relações de trabalho escravistas, como “atraso” e relações de trabalho assalariadas, entendidas como “modernidade”. O autor faz uma análise argumentando a favor de uma continuidade em termos de escravidão no Brasil; para ele, livres e não-livres são categorias ambíguas, logo que havia pequenos retrocessos em direção ao estado de não-liberdade.<sup>23</sup>

Sobre o trabalho escravo em Fortaleza, quando falamos de relações de trabalho, pensamos onde poderíamos encontrar inicialmente os cativos. Em que medida o fim do trabalho escravo representou um impacto para o mercado de trabalho livre que se estava formando neste período? Inicialmente, devemos buscar as respostas sobre onde trabalhavam em Fortaleza, saber onde se concentrava esta mão-de-obra. O escravo ocupava cargos em todos os âmbitos do trabalho tanto da rua quanto da casa. A diversificação na busca e oferta de serviços na cidade fez com que se tornasse comum vê-los pelas ruas como vendedores ambulantes, carregadores e, principalmente, ocupados no serviço doméstico.

---

<sup>23</sup> FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno, 2006.



Em 1860, a comarca de Fortaleza apresentava um número total de 2.861<sup>24</sup> escravos, entre livres e escravos. Já em 1872, o censo demonstra que havia 1.183 cativos em Fortaleza. O número decresce ainda no decorrer da década de 1870, em detrimento do tráfico interprovincial, diminuindo ainda mais o número de cativos na capital, agravado pela seca de 1877-1879, onde a saída encontrada por muitos proprietários foi a venda de seus escravos para o sul cafeeiro.

Autores como Francisco José Pinheiro e Pedro Alberto de Oliveira Silva destacaram em seus trabalhos sobre o interior da província que a mão-de-obra escrava no Ceará foi insignificante. O primeiro em pesquisa publicada sobre a Província do Ceará afirma que, na segunda metade do século XIX, “a participação do trabalho escravo na Província reduziu-se significativamente quando comparada com aquela da primeira metade do século XIX”.<sup>25</sup> Mais adiante, Pinheiro conclui afirmando “que o trabalho escravo teve uma participação insignificante na agricultura provincial na segunda metade do século XIX”.<sup>26</sup> Logo, ao afirmar que o trabalho escravo era secundário para a agricultura no Ceará, o próprio autor reconhece que, apesar dos poucos escravos, o tráfico interprovincial aconteceu em prejuízo deste.<sup>27</sup> No mesmo sentido, Pedro Alberto faz a seguinte afirmação sobre o trabalho escravo no Ceará:

O cativo cearense desempenhou diversas funções socioeconômicas na história do Ceará, dependendo do local onde trabalhava e a época em que viveu. Em se tratando da segunda metade do século XIX, quando já era numerosa a mão-de-obra livre disponível para os trabalhos agropastoris, a posse deles pelos senhores era, muitas vezes, plenamente dispensável. Na maioria das regiões do Ceará, não era força de trabalho insubstituível.<sup>28</sup>

A fala de Pedro Alberto citada converge com a de Pinheiro, com relação à importância do trabalho escravo na Província, ou seja, os dois autores acreditam ser a escravidão no Ceará insignificante em detrimento do seu número reduzido. Observamos então que, no Ceará, inicialmente, a agricultura foi uma das áreas em que havia maior concentração de escravos, sobretudo na primeira metade do século XIX. Contudo, no decorrer do século, a agricultura de subsistência dá espaço àquela de exportação.

Em contraposição aos dois autores acima citados, Eurípedes A. Funes afirma que, no Ceará, “o cativo foi incorporado ao setor produtivo estando presente na

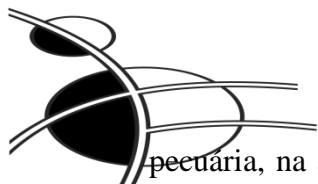
<sup>24</sup> BRASIL, Tomás Pompeu de Souza. Ensaio estatístico da província do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

<sup>25</sup> PINHEIRO, Francisco José. O homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). *In*: Revista de Ciências Sociais, v. 20-21 n. 1-2, p. 199-230, 202. Fortaleza, 1989/1990.

<sup>26</sup> *Idem, ibidem*, p. 205.

<sup>27</sup> *Idem, ibidem*, p. 203.

<sup>28</sup> SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. História da escravidão no Ceará: das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002, p. 104.



pecuária, na agricultura, em serviços especializados, nos serviços domésticos ou ainda como escravo de aluguel e de ganho”.<sup>29</sup> Não só em Fortaleza, mas em outras cidades do Brasil, no final do século XIX, grande parte dos cativos concentravam-se nas urbes, trabalhando nas ruas em ocupações como carregadores, vendedores ambulantes, criados e jornaleiros. Analisando novamente o censo de 1872, é possível observar, em Fortaleza, em que trabalhavam os escravos da capital.

A partir da análise do quadro abaixo, percebemos que, em Fortaleza, os cativos também estavam empregados nos mais diversos serviços. Homens e mulheres trabalhando ao lado da população livre como lavradores, costureiras, operários e ocupados no serviço doméstico. Havia ainda aqueles classificados como sem profissão; podemos considerar neste caso, além das crianças, aqueles que eram alugados ou trabalhavam ao ganho em serviços diversos pela cidade.

**Tabela 1 - População escrava de Fortaleza por profissão em 1872**

<b>Profissões</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Costureiras	-	10
Operários de vestuários	20	-
Operários de calçado	2	-
Lavradores	39	14
Criados e jornaleiros	20	-
Serviço doméstico	307	509
Sem profissão	134	128
<b>Total</b>	<b>522</b>	<b>661</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil de 1872 – IBGE

Analisando a tabela 1, observamos que, em 1872, grande parte dos cativos estavam concentrados em dois grupos: o primeiro era o *serviço doméstico* e o segundo era o *sem-profissão*. Sendo que o primeiro grupo se destacava dos demais com o maior número de cativos: somados homens (307) e mulheres (509), eram 816 pessoas. Nos principais jornais de Fortaleza do final do século XIX, são comuns anúncios de ofertas e procura de pessoas para o serviço doméstico. Como é o caso de Luiz, “curioso para todo

<sup>29</sup> FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Ed.: Demócrito Rocha, 2000, p. 110.



tipo de serviço especialmente para o de cozinha”.<sup>30</sup> Ao que parece Luiz não possuía uma profissão, estando apto para qualquer tipo de serviço, retratando assim um típico anúncio de aluguel de escravo.

No Ceará, escravos trabalhando no serviço doméstico sempre existiram; no entanto, o número acentuou-se no período compreendido entre as décadas de 1860 e 1870. A saída de escravos homens pelos portos da capital fez com que, na década de 1880, houvesse, sobretudo, domésticos trabalhando na casa daqueles senhores mais abastados, um serviço exercido também por muitas mulheres pobres livres. Mesmo com a intensificação do tráfico interprovincial de cativos na Província, a maior parte daqueles que aqui ficaram ocupavam esta função na casa. No censo de 1872, já é possível observar uma predominância de escravas mulheres no serviço doméstico

Apesar de a maioria dos anúncios fazerem referências ao serviço doméstico, havia escravos exercendo outras atividades em Fortaleza. As atividades exercidas dentro de uma casa não se resumiam ao seu espaço interno. Muitos poderiam trabalhar na rua, como é o caso dos carregadores de água, já que não havia um sistema de esgoto. Consideremos ainda aqueles cativos que, trabalhando ao ganho, poderiam mensalmente pagar um valor fixo ao seu senhor.

## CONCLUSÃO

Por fim percebe-se então que o trabalho escravo, em Fortaleza, esteve presente em todos os âmbitos. A abolição, quando ocorreu em 1884, extinguiu um *status* jurídico-social que diferenciava pobres livres e cativos; no entanto, sabemos que as relações de submissão, longe de serem abolidas, estavam apenas em processo de transformação, adequando-se a uma nova realidade.

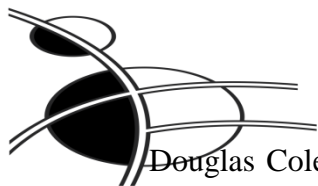
## REFERENCIAS

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno, *In*: FURTADO, J. F.; LIBBY,

<sup>30</sup> BPGMP. Setor de microfilmes. Fortaleza. Jornal **Cearense**, 1 de julho de 1875.



Douglas Cole (Orgs.). **Trabalho Livre, Trabalho Escravo Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006. 463 p.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. *In*: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza: Ed.: Demócrito Rocha, 2000, p. 110.

LARA, Silvia H. "Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil". *In*: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, nº 12 (out. 1995). São Paulo: PUC, 1995.

LARA, Silvia H. No fio da navalha: as lutas escravas na história e na política. **Idéias**, v. 2, n. 2, p. 53-68. Campinas, 1995.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As Razões de Uma Cidade**: conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**, v. 6, n. 11, p. 289-325. Rio de Janeiro, 2005.

LINHARES, Juliana Magalhães. Entre a casa e a rua : trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888), 2011. 182 f.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru, SP: Edusc, 2002.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. 426 p.

MATTOS, Hebe. **Ao Sul da História**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. Rio de Janeiro: FVG, Faperf, 2009.

PINHEIRO, Francisco José. O homem livre/pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará (1850-1880). *In*: **Revista de Ciências Sociais**, v. 20-21 n. 1-2, p. 199-230, 202. Fortaleza, 1989/1990.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na Rua**: a nova face da escravidão. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da Escravidão no Ceará**: das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002, p. 104.